

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.
1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.
653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

DOI: 10.29327/5385334

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO
ARTES DA MEMÓRIA**

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação



MUSEU

JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)


cirkula
2023

2

O MUSEU E A CONSAGRAÇÃO DA MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHOS //(1903-1925)

*Ana Celina Figueira da Silva
Zita Rosane Possamai*

Introdução¹

A morte, que nos retira fisicamente do mundo, inicia um processo que leva inevitavelmente ao esquecimento. Processo que pode durar anos para se completar, mas certamente chegará o dia em que não habitaremos mais as lembranças de ninguém e nosso nome não será mais pronunciado, consolidando a ausência absoluta. A morte, portanto, se completa com o esquecimento total. Mas alguns escapam dessa condenação. Alguns têm sua presença perpetuada e, mesmo após a morte, mantêm-se vivos e presentes como heróis, mitos, santos. Esse fenômeno da perpetuação consagradora não é espontâneo. É proposital, é fabricado, exige uma intenção. Para que a ausência nunca se torne absoluta é preciso evocar, chamar, trazer à lembrança. Nessa intenção atuam algumas instituições, sendo os museus uma delas que cumprem a função de evocar e celebrar a memória dos escolhidos para serem *imortais*. Os museus históricos, muitas vezes, são transformados em local de culto a personalidades, expondo objetos dos mortos selecionados para viverem

¹ Este texto constitui-se em síntese do trabalho de conclusão de curso **O Museu e a Consagração da Memória de Júlio de Castilhos (1903-1925)**, de Ana Celina F. da Silva, com orientação da professora Dra. Zita Rosane Possamai (SILVA, 2011).

sempre na lembrança de todos. Foi isso que aconteceu no Museu Julio de Castilhos em relação ao seu patrono, logo após a sua morte em 1903 e nos anos seguintes.

Júlio Prates de Castilhos, líder político do início da República, foi um dos fundadores do Partido Republicano Riograndense (PRR)² e do jornal *A Federação*, periódico oficial do PRR, fundado em 1884 e dirigido por Julio de Castilhos até 1889. Impingiu a seu governo³ uma feição modernizadora e autoritária, no sentido de promover o progresso econômico e a manutenção da ordem social, conforme os preceitos do Positivismo⁴. Morreu aos 43 anos de idade, vítima de câncer na traqueia, durante uma intervenção cirúrgica realizada no dia 24 de outubro de 1903. Nessa época, embora não fosse mais o Governador

2 O PRR foi fundado em 1882 “por um grupo de profissionais liberais, filhos de fazendeiros, alguns dos quais retornavam de seus estudos na faculdade de direito em São Paulo, como o jovem Júlio de Castilhos”. (KÜHN, 2002, p. 105).

3 Júlio de Castilhos assume o governo do Rio Grande do Sul em 1889, com o início do regime republicano, sendo deposto em 12/11/1891, devido à reação popular contra o golpe de Deodoro da Fonseca, a quem apoiava. Após o *governicho*, período marcado por grande número de políticos que se revezam no governo estadual, Castilhos volta a ocupar a presidência do Estado em 17 de junho de 1892, “renunciando, em seguida, para disputar as eleições para a Presidência do Estado pelo voto direto, sendo eleito no pleito de 20 de novembro daquele ano, tomando posse no dia 25 de janeiro de 1893” (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 28). Em 1898, Castilhos encerra seu mandato e indica Borges de Medeiros como seu sucessor ao governo do Estado, permanecendo, porém, com o controle político à frente do PRR.

4 O PRR adotou o Positivismo, mas não de maneira ortodoxa, conforme coloca Kühn, (2002, p. III): “O positivismo, na sua concepção original, tinha uma visão progressista e conservadora ao mesmo tempo: pregava a aceleração do desenvolvimento industrial, mas sem alterações sociais. No contexto gaúcho, a adaptação das ideias positivistas permitiu que um projeto capitalista fosse implantado, com a realização da modernização econômica, especialmente no setor de transportes, e a ampliação da base política do governo, sendo realizadas alianças com as “classes médias” e com grupos da região de colonização”.

do Estado, ainda era o grande líder local e sua morte prematura causou grande comoção, sendo seu sepultamento assistido “[...] pela população em peso da capital. Até mesmo seus antigos adversários, em grande parte, compareceram.” (SPALDING apud BRITTO *et Al.*, 2011, p. 4).

Após a morte de Castilhos, inicia-se por parte do governo do Estado uma série de homenagens cívicas incentivando a admiração em torno do líder político. A evocação da memória de Castilhos teve, certamente, a intenção política de consagrá-lo como o grande líder republicano rio-grandense e também a de legitimar Borges de Medeiros⁵ como o inquestionável herdeiro político de Castilhos, o que o ajudaria a manter a unidade e estabilidade dentro do PRR, antes garantida pela autoridade do líder morto. Leal (2006) esclarece que Borges de Medeiros sabia que muitos correligionários estavam descontentes, que existiam divisões que poderiam levar à fragmentação partidária, mas também era conhecedor da evidente unanimidade em relação à pessoa e memória de Julio de Castilhos.

A morte súbita de Castilhos em 1903 causou uma orfanidade no PRR, e Borges assumiu a liderança do partido concomitante com a administração do governo estadual. O partido formado por correligionários que tinham diferentes graus de adesão ao positivismo, vinha sendo até então contido pela liderança incontestável de Castilhos. Havia os democráticos, que por força da presença do líder, toleravam ou aceitavam com reservas a feição sociocrática da Constituição de 14 de julho; os positivistas comtistas e os positivistas mais heterodoxos, que aceitavam também a obra de Laffitte e Littré. A morte de Castilhos permitiu que essas diferentes vozes se revelassem

⁵ Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928. O único período em que não esteve à frente do executivo estadual, em quase um quarto de século, foi entre 1909 e 1912, quando Carlos Barbosa, também do PRR, assumiu o governo do Estado. Borges após a morte de Castilhos, além de presidir o Governo do Estado, a partir de 11 de novembro de 1903 também assumiu a liderança do PRR.

no PRR. [...]. Borges debatia-se em liderar um partido que, embora boa parte dos membros tivesse conhecimento e simpatias ao positivismo, se dividia em tipos de positivismo. Muitas vezes era apenas uma adesão personalista a Castilhos e não à sua Constituição de feição positivista (LEAL, 2006, p. 193).

Leal (2006) considera que as homenagens cívicas prestadas a Julio de Castilhos no Rio Grande do Sul, estão inseridas dentro de um contexto maior de culto aos personagens ligados à instauração do novo regime republicano. As lideranças nacionais e/ou regionais relacionadas à implantação da república, serão os “novos heróis” que passarão a ser representados em imagens e cultuados através de ritualismos cívicos.

Os monumentos públicos, bustos, quadros, litografias eram suporte visual às atividades políticas de romarias, comemorações públicas, homenagens, festas cívicas, crescentes em todo o Brasil, com a República. É necessário que se faça um inventário nacional, mas é quase certo que para cada grande cidade, foi erguido um monumento ou mais modestamente uma estátua ou busto em praça pública de uma liderança política regional, cuja memória foi reverenciada em ritualismos cívicos. Com isso, o fenômeno político que foi Castilhos, e o conseqüente culto à sua imagem e memória, não foi único no Brasil, tampouco especial porque havia positivistas no Rio Grande do Sul, embora o positivismo tenha balizado as práticas políticas no governo estadual (LEAL, 2006, p. 193).

A veneração à memória de Julio de Castilhos no Rio Grande do Sul foi realizada através da imprensa situacionista e de obras encomendadas pelo Governo do Estado.

O jornal *A Federação* apresenta, a partir de 26 de outubro de 1903, artigos em homenagem a Castilhos intitulados “O Grande Morto”, usando “intensamente os recursos da construção mítica no processo de heroificação de Julio de Castilhos” (FÉLIX, 1998, p. 146).

Os monumentos em torno dos quais seriam prestadas inúmeras homenagens, como as romarias promovidas pelo PRR e que sempre contavam com grande número de participantes, tanto de correligionários quanto de admiradores em geral⁶, também fizeram parte do processo de heroicização de Castilhos. Os monumentos fúnebre e público foram encomendados por Borges de Medeiros ao artista carioca Décio Villares, passando apenas uma semana da morte de Castilhos. O primeiro a ser concluído foi o monumento fúnebre, inaugurado em 1904 no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, sendo o monumento cívico, localizado na Praça da Matriz, finalizado somente em 1913, com alegorias que, conforme o artista executor da obra, representavam a Coragem, a Firmeza e a Prudência – qualidades atribuídas à personalidade de Julio de Castilhos⁷.

Décio Villares também foi o artista responsável pela confecção de moedas de prata com a face de Castilhos, cunhadas na Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. Leal (2006, p. 263) informa que essas medalhas comemorativas foram oferecidas aos deputados da Assembleia dos Representantes em 1916 e pagas com verbas da Secretaria de Obras

6 Conforme denota-se da notícia de 29/06/1911, publicada no *Correio do Povo* e reproduzida neste mesmo jornal em 29 de junho de 2011 na página 20. A notícia trata da romaria ao túmulo de Júlio de Castilhos no cemitério da Santa Casa, pela passagem de seu aniversário natalício. Júlio de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860 em Vila Rica, em São Martinho, na época um distrito da cidade de Cruz Alta. Também Loiva Otero Félix (1998) ao analisar o jornal *A Federação* nos anos 1903 a 1908; 1915, 1917, 1922 e 1923, em dias próximos à data da morte de Júlio de Castilhos, descreve inúmeras convocações do PRR à participação de correligionários e população em geral nas romarias ao túmulo do líder político para homenageá-lo na data de seu falecimento.

7 A descrição e significação dos elementos que compõem tanto o túmulo quanto o monumento cívico de Júlio de Castilhos são feitas por Leal (2006), principalmente no capítulo 6, Parte IV – “Os monumentos e os bustos a Júlio de Castilhos”.

Públicas do Rio Grande do Sul, assim como tinha ocorrido com os monumentos. Percebe-se, portanto, que houve um investimento do Governo do Estado na produção de imagens consagradoras de Julio de Castilhos como o líder máximo do republicanismo, financiando as obras de memorização do líder morto. Entre esses investimentos do Governo consideramos que se pode incluir a compra da casa onde Julio de Castilhos e sua família viveram, localizada na antiga Rua da Igreja, atual Duque de Caxias. O governo comprou a ex-casa de Castilhos para sediar o Museu do Estado (atual Museu Julio de Castilhos), que até então ocupava, de forma provisória, dois pavilhões no antigo Campo da Redenção.

O Museu do Estado foi criado em 30 de janeiro de 1903, nove meses, portanto, antes da morte de Júlio de Castilhos. Porém, a morte do patriarca promoveu algumas mudanças no Museu, tornando-o um espaço consagrador de sua memória. Assim, consideramos o Museu também como um dos “veículos de glorificação cívica”⁸ do político republicano. Entendemos a participação do Museu Julio de Castilhos (MJC) no projeto de heroicização de Castilhos, capitaneado pelo Governo de Borges de Medeiros, a partir da identificação de três medidas implementadas durante os primeiros anos da instituição: (1) a criação de uma coleção especial dentro da seção histórica do Museu (4^a Seção) para recolher os objetos de Julio de Castilhos, por proposição do diretor em 1903; (2) o abandono do projeto inicial de construção de um prédio para sediar o MJC, seguido de sua instalação de-

8 Denominação atribuída por Leal (2006) às homenagens feitas a Júlio de Castilhos após sua morte, como biografias, monumentos cívico e fúnebre, bustos em bronze, romarias ao túmulo e a criação do Museu. A autora aprofunda em sua tese o estudo do Monumento cívico e fúnebre, e apenas cita a criação do Museu, não sendo sua preocupação de estudo essa instituição como consagradora da memória de Castilhos.

finitiva na antiga residência de Castilhos, adquirida pelo Governo do Estado em 1905; (3) a modificação do nome da instituição, que, por Decreto Estadual de 1907, passou a chamar-se Museu Julio de Castilhos e não mais Museu do Estado.

Cabe ressaltar que, em períodos posteriores, identificam-se outras iniciativas que reforçaram a consagração da memória de Julio de Castilhos no Museu, como a proposta de criação de uma sala expositiva dedicada ao líder republicano e a construção de um “Jardim Histórico” no espaço externo do MJC, que deveria ser aberto ao público com previsão de inauguração em 20 de setembro de 1927. Tal jardim seria formado por bustos de grandes figuras históricas, sendo “centralizado pelo grande vulto do Patriarca” (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1927, fl. 192). Portanto, em torno da memória de Júlio de Castilhos é que a história seria representada, conforme declarado por Alcides Maya em correspondência ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 1927.

Aceito por Vossa Excelência o projeto de um jardim histórico, destinado à comemoração, neste Instituto, da memória de Júlio de Castilhos, vulto em torno do qual faremos a representação simbólica do passado rio-grandense, tenho a honra de requerer ao governo do Estado a doação de um busto de bronze do nosso grande Patriarca. (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1927, fl. 194).

Ambas as propostas foram feitas durante a gestão de Alcides Maya, que dirigiu o MJC entre os anos 1925 e 1939. A primeira, a sala Julio de Castilhos, foi organizada e exposta ao público logo da chegada de Emílio Kemp, que substituiu Maya na direção em 1939, expondo pela primeira vez o mobiliário do quarto que, à época, era percebido como pertencente ao casal Castilhos, doado ao MJC

em 1932⁹. Interessante perceber que ao longo do tempo a sala expositiva dedicada a Julio de Castilhos esteve sempre disponível ao público. Mesmo com alterações, ainda hoje podemos visualizar em visita ao MJC, móveis, objetos pessoais e imagens que remetem à vida pública e privada do republicano. No entanto, o projeto do Jardim Histórico não se consolidou.

Embora estas iniciativas posteriores sejam importantíssimas na identificação da intenção de constituição do MJC como um espaço de homenagem a Júlio de Castilhos, o foco deste texto são as três primeiras medidas, anteriormente mencionadas, ocorridas logo após a morte do político e nos anos imediatamente posteriores, durante a gestão do primeiro diretor, Francisco Simch.

A coleção Julio de Castilhos: guardando relíquias

O Museu do Estado, à época de sua criação, apresentava um caráter enciclopédico com diversificadas coleções organizadas em quatro seções: (1^a) Zoologia e Botânica; (2^a) Mineralogia, Geologia e Paleontologia; (3^a)

⁹ Fazem parte do mobiliário uma cama de casal, dois guarda-roupas, dois criados-mudos, uma penteadeira e uma mesa toailete. São peças sóbrias em estilo Império. Recentemente a museóloga e atual diretora do MJC, Doris Couto, demonstrou que o dormitório doado ao Museu, em 1932, por Maria Cecília Alves Osório, viúva do Coronel Pedro Osório, líder do PRR, não era o quarto de Júlio de Castilhos e sua esposa Honorina. Trata-se, na verdade, do quarto de hóspedes da residência do Coronel Osório na cidade de Pelotas que Júlio de Castilhos utilizava quando se hospedava na casa de seu correligionário e amigo. A diretora também aponta a necessidade de investigar se a cirurgia que Castilhos foi submetido e na qual morreu, ocorreu realmente em sua residência, como se atribui, tendo em vista que já havia hospital em Porto Alegre à época. Ver a reportagem publicada em 18/11/2020 em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2020/11/pesquisa-desmente-ver-sao-difundida-sobre-morte-de-julio-de-castilhos-e-contesta-mitificacao-do-estadista-gaучo-ckhm9c3sl000q0l6gtlmg6xs.html>.

Antropologia e Etnologia; (4^a) Ciências, Artes e Documentos Históricos.

Verifica-se na estrutura apresentada, maior quantidade de coleções de Ciências Naturais, que somam três e apenas uma de História¹⁰. Também se observa nos Relatórios do Museu enviados à Secretaria de Obras Públicas (SOP), a qual o Museu pertencia, que a direção de Francisco Simch devotou especial atenção na formação das coleções de Ciências Naturais em detrimento da de História, que “mantinha um número de peças pobres e de quase nenhuma expressão” (NUNES, 2005, p. 276). Coletando, comprando ou recebendo doações o diretor aumentava os acervos de Zoologia, Botânica e Mineralogia. Isso “demonstrava sua intenção em tornar o trabalho do museu mais especializado em relação às ciências naturais, relegando a um segundo plano outras funções previstas ao museu na sua criação” (POSSAMAI, 2010, p. 12).

Entretanto, devemos considerar que mesmo que a 4^a seção do Museu do Estado fosse diminuta em relação às demais, ela se fazia presente, atribuindo, de certa forma, ao Museu a função de evocação do passado. O Museu do Estado e também o Arquivo Público¹¹ representam as primeiras estruturas responsáveis pela afirmação da memória Rio-Grandense¹². São criadas num “momento de con-

10 Cabe ressaltar que a 3^a Seção, de antropologia e etnologia, apresentava um viés biológico, sendo uma *antropologia física* e não como hoje é entendida, dentro da área das ciências humanas, desenvolvendo estudos culturais

11 O Arquivo Público foi criado através do Decreto Estadual nº 876 de 08 de março de 1906. Sob seus cuidados deveriam ficar os originais ou cópias autenticadas dos documentos do arquivo político de Júlio de Castilhos. Ver o capítulo II, artigo 3º, inciso XXVII do Decreto 876.

12 Antes do período republicano já havia a intenção de criar um museu na província do Rio Grande do Sul. “Segundo Marlene Medaglia Almeida (1983), a primeira notícia que se tem da existência de um museu no Rio Grande do Sul refere-se ao ano de 1862, e está associada ao efêmero Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP),

solidação, em que o Castilhismo crescia e se impunha no Estado, num contexto de modernização, reformas urbanas e de grande estímulo à Educação” (NUNES, 2005, p. 276).

Como já mencionado, alguns meses após a criação do Museu do Estado, ocorreu a morte de Julio de Castilhos, levando a instituição a agregar “o papel de mantenedora de sua presença no Estado, afora as atribuições que se tornaram predominantes em seus primeiros vinte anos de vida” (NUNES, 2005, p. 276). Portanto, podemos considerar que a morte prematura de Julio de Castilhos impôs ao Museu uma função que antes ele não tinha: a de evocar a sua memória. Nesse sentido, importantes alterações durante a direção do engenheiro Rodolfo Francisco Simch ocorreram, sendo a primeira delas o acréscimo à 4ª seção de uma coleção que deveria ser formada por objetos que pertenceram ao morto ilustre.

Dois dias após a morte de Julio de Castilhos, o diretor do Museu do Estado enviou ofício ao Secretário dos Negócios de Obras Públicas comunicando que, por sua iniciativa, resolvera criar uma coleção especial junto à 4ª Seção, para reunir os objetos que pertenceram ao Patriarca. Também nesse ofício, o diretor solicitava autorização para mandar confeccionar um mostruário para receber a referida coleção.

A criação dessa coleção especial revela a intenção do diretor do Museu em prestar uma homenagem a Castilhos glorificando sua memória. Os objetos do *Grande Vulto* são considerados *reliquias* que o Museu deve guardar e preservar, conforme está registrado no ofício enviado à Secretaria de Obras Públicas (SOP), em 26 de outubro de 1903.

fundado em 1860 e extinto em 1863. Além do projeto de um museu contíguo ao IHGSP, sabe-se do Decreto 1549, que em 17 de dezembro de 1885 previu a criação de um museu provincial, mas que, ao que tudo indica, não chegou a existir de fato” (NEDEL, 2005, p. 95).

Sendo também indiscutível verdade que os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos, lembrei-me, fazendo uso do 6º do Art. 1º do Regulamento deste Museu, de organizar uma coleção especial em que sejam conservados todos aqueles objetos que se refiram ao Inesquecível Morto e que se possam obter para guardá-las como relíquia que são, na extensão lata da palavra (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1903, fl. 47).

A presença de objetos que pertenceram a Júlio de Castilhos no Museu, portanto, vivificaria a sua memória, não deixaria que caísse no esquecimento, pois:

Um dos sentidos simbólicos que pode ser atribuído ao objeto, como propõe Gourarier (op. cit., 69) é “aquele de evocar uma pessoa morta”, demonstrando que a inserção desse objeto no museu pode expressar o desejo de continuidade, duração e prolongamento de si, através das características de inviolabilidade e veneração relativas ao sagrado (POSSAMAI, 2001, p. 100).

Logo após o Museu receber a autorização da SOP para organizar a coleção Júlio de Castilhos¹³, a instituição iniciou o processo de formação do acervo. Isso é feito através de correspondências encaminhadas às intendências municipais e a algumas pessoas na capital solicitando doações de imagens – fotografias e busto – referentes ao morto ilustre.

A primeira solicitação registrada é feita em 07 de novembro de 1903 a Virgílio Calegari, fotógrafo reconhecido na época com estúdio no centro de Porto Alegre¹⁴. Simch solicita que Calegari ceda gratuitamente ao Museu uma imagem do cortejo fúnebre de Castilhos e que teria sido exposta na vitrine de seu estúdio:

13 Autorização expressa no Ofício nº 1743 de 03 de novembro de 1903. Ver: MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências Recebidas, 1903-1910** – AP2.001, fl. 15.

14 O ateliê de Calegari ficava localizado na Rua dos Andradas, 171, frequentado por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e outros integrantes do PRR. Ver: BRITO *et Al* (2011).

Expusestes em vossa vitrine uma vista do cortejo fúnebre daquele glorioso Cidadão e peço-vos vos dignéis ceder – gratuitamente ao Museu - tão significativo trabalho que muito vos honra e que ficará destinado a perpetuar a memória do potente organizador do Rio Grande do Sul e o quanto ele era querido e estimado (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1903, fl.54).

Chama a atenção a imagem solicitada por Simch, do cortejo fúnebre. A fotografia por certo deveria mostrar o grande número de pessoas que estiveram presente no cortejo e a comoção que a morte de Júlio de Castilhos causou.

Numa coleção biográfica as fotografias formam um conjunto altamente revelador. Elas contam histórias, revelam o ambiente, falam sobre a atmosfera que cercava o personagem principal de nossa trama. [...] Tal como os objetos tridimensionais, elas, também, são semióforos, pontes entre um mundo visível e um outro, invisível, sobre o qual repousam os significados (ABREU, 1996, p. 101).

Simch também procura imortalizar a presença de Castilhos no Museu através de um busto. Para tal, envia correspondência ao escultor João Vicente Friederich¹⁵, solicitando que ele ceda gratuitamente ao Museu um busto do *Imortal Estadista* (MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 1903, fl. 55).

No processo de recolhimento de imagens de Júlio de Castilhos para compor a coleção do Museu, chama a atenção aquelas solicitadas às intendências municipais, pois indicam a futura transferência do Museu do Estado para a casa onde Júlio de Castilhos morreu, conforme atesta correspondência de 25 de abril de 1905.

¹⁵ Dono de famoso atelier de escultura em Porto Alegre. Muitas de suas obras foram fachadas de alguns prédios de valor histórico na cidade, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, o Memorial do RS, a antiga Cervejaria Brahma e a Igreja das Dores.

Tendo em vista que o Museu do Estado brevemente vai passar a funcionar no palacete do genial estadista Dr. Julio de Castilhos, tão prematuramente arrebatado pela morte e tendo ali celebradas exéquias por este lutuoso acontecimento, rogo-vos digneis enviar-me se as houver, fotografias do catafalco que se armou (RIO GRANDE DO SUL, 1905, s/n).

A memória de Júlio de Castilhos está indissociavelmente vinculada à casa em que viveu e foi velado e que irá se transformar em Museu, essa “agência cristalizadora de representações materiais das memórias individuais. As homenagens póstumas adquirem um sentido peculiar no interior dessa casa de memória” (ABREU, 1996, p. 68).

A casa de Julio de Castilhos: palacete da memória

O Museu do Estado à época de sua fundação em 1903 funcionava em dois pavilhões de madeira construídos para a Exposição de 1901, no antigo Campo da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia. Essa situação era provisória porque havia o projeto de construção de um prédio definitivo para o Museu, que conforme o relatório de 1903 estava “adiantado” (RIO GRANDE DO SUL, 1903, p. II) prevendo para breve o início das obras. Entretanto esse projeto foi abandonado com a aquisição do palacete em que Julio de Castilhos havia residido e para onde o governo do Estado determinou que o Museu se transferisse.

O Governo compra a casa dos herdeiros¹⁶ de Julio de Castilhos em 11 de agosto de 1905 pelo valor de oiten-

16 Júlio de Castilhos casou-se com Honorina Costa em 1883. O casal teve seis filhos: Júlia, Eugênia, Otília, Honório, Ambrosina e Edmundo. Honorina morreu em 25 de janeiro de 1905, dois anos após a morte de seu marido.

ta contos de réis¹⁷. Poucos dias após a compra ordena a transferência do Museu do Estado para a sua nova e definitiva sede. Isso demonstra que a compra do imóvel foi feita com a intenção de que a casa se transformasse na sede do Museu e não de qualquer outra repartição pública do Estado. Essa intenção também pode ser confirmada quando o Secretário de Estado, João José Pereira Parobé, à frente da SOP, apresenta relatório ao Executivo Estadual das atividades de 1904, onde escreve que “A ideia do Estado de adquirir o prédio pertencente aos herdeiros do Dr. Julio de Castilhos para nele instalar o Museu, me parece acertada e resolvereis o assunto prontamente” (RIO GRANDE DO SUL, 1905, p. 13). O assunto a resolver, no caso, era a inadequação dos pavilhões onde o Museu se encontrava e que Rodolfo Simch já apontara em relatório de 1904 e 1905¹⁸.

A casa que passou a abrigar o Museu fica localizada na Rua Duque de Caxias, número 1231, antiga Rua da Igreja. Foi construída em 1887 com projeto do comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, coronel engenheiro Catão Augusto dos Santos Roxo. Em 1897, ao término do mandato de Julio de Castilhos como Presidente do Estado, o PRR, por sugestão de Fernando Abbott, abriu uma subscrição entre os correligionários para a compra do imóvel, que deveria passar a servir de residência do líder do Partido. Em 25 de

17 Conforme a Escritura de Compra do Imóvel registrada em 11 de agosto de 1905 no 4º Cartório de Notas de Porto Alegre do Notário Octaviano Gonçalves. Essa escritura está transcrita no Registro de Imóveis da 1ª Zona no Livro 3-C, folhas 326 nº 15927. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) possui a cópia desses documentos.

18 No Relatório de 1904 o diretor do Museu transcreve as palavras que Ramiro Barcellos deixou registradas no livro de Reclamações e Impressões do Museu ao visitá-lo: “A impressão mais acentuada que me deixou a visita ao Museu foi o perigo que correm as ricas coleções, se continuarem a permanecer nos pavilhões de madeira em que se acham (RIO GRANDE DO SUL, 1904, p. 222).

janeiro de 1898, Julio de Castilhos mudou-se com a família para a casa, onde permaneceu até sua morte em 1903.

Mesmo demonstrando satisfação pelo Museu ter saído dos pavilhões de madeira em que se encontrava desde 1903, o diretor Simch não deixa de apontar alguns problemas que vê na nova sede logo após a transferência e que precisariam ser resolvidos:

O edifício em que está definitivamente o Museu, conquanto excelente, tem, todavia, alguns defeitos, sem grande tardança, devem ser corrigidos. Apontarei entre eles os mais importantes: a estreiteza e pequenez de certas salas, a falta de luz em alguns cômodos e, sobretudo, **a deficiência do espaço**. As coleções têm crescido de modo extraordinário, fazendo-se já sentir bastante a falta de lugar para a distribuição; no entanto, com alguma paciência, consegui dar localidade aos objetos todos, embora alguns ficassem menos bem expostos (RIO GRANDE DO SUL, 1906, p. 174. Grifos nossos).

A transcrição acima menciona pela primeira vez a exiguidade do espaço. Essa é, sem sombra de dúvida, a reclamação mais presente nos relatórios da gestão de Simch que, inúmeras vezes, menciona que a casa não tem espaço suficiente para acompanhar o crescimento constante das coleções de Ciências Naturais e para comportar adequadamente laboratórios de análises químicas, geológicas e mineralógicas, que funcionavam junto com a Secretaria e o Setor de Taxidermia nos “porões úmidos, baixos e pouco iluminados” do prédio (RIO GRANDE DO SUL, 1910, p. 23).

Ao longo do tempo, algumas reformas foram realizadas procurando resolver o problema da estreiteza das salas apontada por Simch, com a remoção de algumas paredes internas, mas que não resolveram os problemas da falta de espaço e de inundações reclamados pelo diretor. Diante disso, Simch sugere à SOP que se construísse um pavilhão no terreno do próprio Museu, ou, preferencialmente, que

a instituição fosse transferida para outro prédio, especialmente construído para suas atividades.

A sugestão de construção de um novo prédio para abrigar o Museu aparece nos relatórios de 1909, 1911 e 1912. No Relatório de 1912 o diretor aponta que o Estado já construiu prédios especialmente para abrigar o Arquivo Público e a Biblioteca Pública do Estado. Argumenta que o terreno onde o Museu está não é apropriado para uma nova construção e chega mesmo a sugerir locais na cidade onde se poderia erguer um novo prédio para o Museu:

[...], parece-me de melhor conselho constituir-se um edifício especialmente destinado a servir de Museu, não era preciso que de uma só vez o construísse, pois poderia ser feito em alas ou mesmo pavilhões independentes, localizado fora do perímetro urbano da Capital. Aparentam-se como especialmente adequados a este fim os subúrbios designados pelos nomes de S. Manoel, junto aos Moinhos de Vento, a parte superior do denominado bairro Rio Branco, mesmo certas seções do arraial da Glória e do de Teresópolis poderiam servir. Convém nunca perder de vista que os Museus de história natural aumentam ininterrompidamente as suas coleções de modo que o espaço deve crescer na mesma proporção; no local onde atualmente estamos, este se não pode modificar, porque a área é pequena e apertada entre os prédios muito altos, d'outro lado ela se estende, por um fortíssimo declive abaixo o que faz não só perder em estética como aumenta as despesas (RIO GRANDE DO SUL, 1912, p. 30).

Anteriormente, no Relatório de 1909, Simch havia sugerido algo que chama muito a atenção: a venda da ex-casa de Julio de Castilhos, de onde poderiam ser obtidos os recursos para a construção do novo prédio do Museu, por ele indicado: “Outro meio de evitar a falta de espaço seria alienar o prédio e com o produto da venda construir prédio próprio já adequado ao fim a que se destina” (RIO GRANDE DO SUL, 1909, p. 22).

Entretanto, a partir do Relatório de 1913, a sugestão de transferência do Museu para outro local não aparece mais. O diretor continua apontando a exiguidade do espaço do prédio para abrigar todas as coleções, bem como os problemas na sua estrutura, mas a sugestão indicada nos relatórios passa a ser a ampliação do espaço do Museu com a construção de pavilhão no terreno onde o prédio se encontra. Argumenta que há espaço para a construção e que pela própria conformação do terreno, a obra não exigiria muitas despesas.

Interessante observar que Simch parou de sugerir a transferência de local do Museu justamente a partir de 1913, ano em que Borges de Medeiros retornou ao Governo do Estado. Os relatórios em que ele sugeriu a saída do Museu da ex-casa de Castilhos com a sua ocupação por outra repartição pública ou mesmo a sua venda, são do período do Governo de Carlos Barbosa, também do PRR, que governou o Rio Grande do Sul entre 1909 e 1912¹⁹.

Na documentação examinada não há nenhuma manifestação do Governador ou mesmo da SOP em relação às sugestões do diretor do Museu. Porém, consideramos que a volta de Borges ao Governo tenha influenciado no fato de Simch não mais sugerir a transferência do Museu para outro local. Não podemos esquecer da grande proximidade entre Borges e Castilhos e que foi sob a administração de Borges de Medeiros que a outrora residência de Castilhos foi adquirida para sediar o Museu do Estado.

Em todo esse processo dois aspectos parecem ficar evidenciados. Um deles é a prioridade dada por Simch às coleções de Ciências Naturais, pois é sempre em nome delas que reclama um local com maior espaço. O outro aspecto é a intenção por parte do Governo do Estado de “vivificar” a memória de Castilhos através da manutenção do

¹⁹ Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928.

Museu na casa do patriarca, pois mesmo diante de todas as alegações (justas) em relação ao espaço, nunca foi cogitado pelo Governo a transferência do Museu para outro local.

Os motivos que teriam levado o Governo a adquirir a casa e para lá transferir o Museu do Estado não foram suas características arquitetônicas. Nesse sentido, é interessante observarmos que a compra da casa foi feita na intenção de preservação, mas não com argumentação do discurso patrimonial. Não há naquele momento a atribuição de um determinado valor à casa para ser preservada como patrimônio histórico, artístico e/ou arquitetônico – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, seria criado apenas em 1937²⁰.

A vinculação do Museu a Castilhos fica mais evidente com a mudança do nome da instituição para Museu Júlio de Castilhos. O Decreto Estadual n. 1.140 de 19 de julho de 1907 (apud POSSAMAI, 2009, p. 7) diz:

[...] atendendo aos inolvidáveis serviços prestados pelo extinto estadista rio-grandense Dr. Julio de Castilhos, em prol do Museu do Estado, instituição a que ligou o maior interesse e de que foi o iniciador, resolve, em homenagem aquele benemérito patriota e no uso da atribuição que lhe confere o artigo 20 da Constituição, dar ao Museu a denominação de “Julio de Castilhos”.

Portanto, o Museu ao ocupar a ex-casa de Castilhos e adotar o seu nome, transforma-se num espaço evocativo e celebrativo da memória de seu antigo morador.

20 Andréa Reis da Silveira informa que “em 1937, as coleções foram tombadas pelo livro de Belas Artes da Superintendência do IPHAN” (SILVEIRA, 2010, p.21). A valorização e o reconhecimento do valor arquitetônico do prédio do Museu Júlio de Castilhos enquanto patrimônio a ser preservado, só viria em 1982, quando em 28 de julho é feito seu registro no Livro Tombo Histórico do IPHAE. No parecer do processo de pedido do tombamento é argumentado a historicidade do prédio e seu valor arquitetônico. Ver: ZANIN (2006, p. 53).

Possamai (2001, p. 104) ao estudar o processo de formação do Museu da cidade de Porto Alegre aponta que o Solar Lopo Gonçalves onde o Museu foi instalado, é também um objeto – “o maior objeto do acervo do museu”, no sentido de que esse rememora e celebra seu antigo dono. Tomando emprestado essa formulação, pensamos que também é possível considerar o prédio do Museu Júlio de Castilhos como sendo *o maior objeto de seu acervo* – da coleção Júlio de Castilhos, criada em 1903 junto à 4ª seção – no sentido de que ele deu continuidade a Julio de Castilhos depois de sua morte, indicando uma “vontade de duração” (POSSAMAI, 2001, p. 109). Ou seja, o Museu não foi transferido e mantido até hoje na antiga residência de Castilhos de forma aleatória, mas por estar a casa profundamente vinculada ao seu antigo morador.

Também pode ser válido nessa reflexão sobre a compra da casa de Castilhos para sediar o Museu, considerarmos o que nos diz Mario Chagas (2002) a respeito da tendência dos museus celebrativos da *memória do poder* de se instalarem em locais anteriormente ocupados por personalidades ligadas ao poder.

Não é fruto do acaso o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada a estâncias (sic) que se identificam e se nomeiam como sedes de poder ou residência de indivíduos “poderosos”. Exemplificando: Museu da República e Museu do Itamaraty – antigas sedes republicanas do poder executivo; Museu Imperial e Museu Nacional da Quinta da Boa Vista – antigas residências da família imperial; Paço Imperial – antiga sede do poder executivo; Museu Benjamim Constant – antiga residência do fundador da República; Museu Casa de Deodoro – antiga residência do proclamador da República; Museu Casa de Rui Barbosa – antiga residência de um dos ministros da República; Museu Histórico Nacional – complexo arquitetônico que

reúne prédios militares do período colonial (Fortaleza de São Tiago, Arsenal de Guerra e Casa de Trem); Museu do 1º Reinado – antiga residência da Marquesa de Santos, amante de D. Pedro I (CHAGAS, 2002, p. 53-54).

À longa lista apresentada por Chagas poderíamos acrescentar: Museu Julio de Castilhos – antiga residência do líder republicano rio-grandense, fundador do PRR e Presidente do Estado.

Considerações finais

Nesse texto, ainda que de forma breve, procuramos evidenciar que o Museu do Estado, criado nove meses antes da morte de Julio de Castilhos, também atuou no processo de perpetuação e heroificação deste político, integrando um projeto alavancado pelo Governo de Borges de Medeiros.

O período analisado – 1903 a 1925 – é anterior ao da existência da Sala dedicada a Julio de Castilhos, espaço constante nas diversas expografias do MJC. Nesse período o Museu teve um caráter enciclopédico, voltando-se mais para as coleções de ciências naturais, como acontecia com outros museus em nível internacional e nacional naquele momento. Entretanto, a documentação oficial – relatórios anuais e correspondências do Museu – nos indicaram que, mesmo sendo voltado às ciências naturais e não investindo prioritariamente no aumento e organização das coleções de sua seção de história, o MJC vai desempenhar a função de glorificação da memória de Julio de Castilhos. A morte do patriarca impôs isso à instituição e três iniciativas nos permitem embasar a nossa proposição. Uma delas proposta pela direção do Museu e outras duas pelo Governo do Estado.

Logo após a morte de Julio de Castilhos, o diretor do Museu, como forma de homenagear o morto ilustre, criou

uma coleção especial junto à seção histórica para recolher e guardar os objetos que pertenceram ao líder político. Esses objetos são considerados *reliquias* que deveriam ser preservadas. Correspondências assinadas pelo diretor solicitaram que imagens de Castilhos – fotografias e busto – fossem doadas ao Museu. Isso ocorreu no ano de 1903 e 1905, depois não encontramos mais menção a essa coleção. Entretanto, houve nesse momento inicial após a morte, a intenção do Museu de recolher e guardar objetos evocativos da memória do líder republicano rio-grandense.

As outras duas atitudes identificadas são de iniciativas do Governo do Estado. A primeira foi a compra da ex-casa de Castilhos, em 1905, para sediar o Museu do Estado. Mesmo o prédio não tendo se mostrado adequado para as atividades da instituição e diante das inúmeras reclamações e sugestões feitas pelo diretor de construção de um prédio específico para o Museu em outro local, o Governo manteve a instituição na casa onde por um tempo viveu e atribui-se que tenha ocorrido a morte de Julio de Castilhos. Essa atitude demonstra que a instauração e a manutenção do Museu nesse prédio foram feitas pelo que ele simbolizava. Acima de seu valor arquitetônico, a casa tornou-se emblemática por ter sido a residência de Castilhos podendo ser considerada um objeto do acervo, a maior “reliquia” que a coleção Julio de Castilhos possuía. Essa valorização do prédio é acentuada se lembrarmos que o Governo do Estado construiu prédios novos especialmente para abrigar a Biblioteca e o Arquivo Público e que tinha também projeto de construção de um prédio especial para o Museu, para retirá-lo da precariedade dos galpões de madeira onde inicialmente funcionou. Foi a morte de Castilhos que parece ter feito o Estado mudar de planos, substituindo esse projeto pela compra da casa do republicano morto. Ou seja, parece não ter sido a questão da

economia de recursos, pois o Estado gastou dinheiro com a compra do imóvel, nem por desprestígio ou desvalorização do Museu em relação ao Arquivo e à Biblioteca, pelo contrário, foi justamente pela valorização da casa, pelo que ela simbolizava, que o Museu passou a ocupá-la.

A outra atitude do governo destacada foi a alteração do nome do Museu em 1907, que por Decreto Estadual deixou de ser Museu do Estado para ser Museu Julio de Castilhos. Essa atitude foi uma homenagem póstuma a Castilhos que marcou e atrelou definitivamente a casa e o Museu à imagem do patriarca.

Dessa forma, podemos considerar que a utilização do Museu como um veículo de glorificação de Júlio de Castilhos fez parte de um projeto de Governo, muito mais do que um projeto da direção do Museu. Logicamente a criação da coleção de Castilhos ajudou a perpetuar sua memória, mas parece ter sido uma iniciativa muito mais de homenagem, no momento ainda de condolência da morte recente, do que um projeto maior de criação do mito republicano como foi feito pelo Governo do Estado.

Porém, fica a certeza de que o Museu é sim uma instituição consagradora. O Museu Julio de Castilhos é exemplo disso, seja pelos objetos que recolheu e guarda, seja pela casa que ocupa, seja pelo seu nome, colaborou para que Julio de Castilhos não sofresse do *apagamento* a que os simples mortais estão condenados. O Museu participou do processo de – parafraseando Regina Abreu (1996) – *fabricação* da imortalidade consagradora do Patriarca gaúcho.

Referências

ABREU, R. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa, 1996.

BRITO, L. O.; Et AL. A sala Julio de Castilhos e a construção do mito do Patriarca. In: POSSAMAI, Z. Et AL (Orgs.). **Imagens e Artefatos: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, p. 35-66, 2002.

ESPÍRITO SANTO, M. F. Esboço biográfico de Julio de Castilhos. In: AXI, G. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. Pp. 19-30.

FÉLIX, L. O. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, L.; ELMIR, C. (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. Pp. 141-160.

KÜHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LEAL, E. C. **Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas – 1903-1919**. Porto Alegre, 1903-1919 [Arquivo Permanente - AP. 1.001]

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências expedidas – 1927**. Porto Alegre, 1927 [Arquivo Permanente - AP. 1.005]

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondências recebidas – 1903-1910**. Porto Alegre, 1903-1910 [Arquivo Permanente - AP. 2.001].

NEDEL, L. B. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, n. 23, pp. 87-112, 2005.

NUNES, N. M. O museu Julio de Castilhos e a construção da memória. In: AXT, G. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. Pp.275-279.

POSSAMAI, Z. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POSSAMAI, Z. Um museu de ciências se aproxima da escola: relações entre o Museu do Estado e a educação nas primeiras décadas do século XX. In: **ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 2, 2009.

POSSAMAI, Z. “Lições de Coisas” no Museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. In: **CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 8, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Júlio de Castilhos – 1903**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1903 [AHRS].

RIO GRANDE DO SUL. **Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Júlio de Castilhos – 1904**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1904. [AHRS - OP II].

RIO GRANDE DO SUL. **Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Julio de Castilhos – 1905**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1905. [AHRS].

RIO GRANDE DO SUL. **Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Julio de Castilhos – 1906**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1906. [AHRGS - OP 12]

RIO GRANDE DO SUL. **Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Julio de Castilhos – 1909**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1909. [AHRS]

RIO GRANDE DO SUL. **Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Julio de Castilhos – 1910.** Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1910. [AHRS - OP 24].

RIO GRANDE DO SUL. **Museu Júlio de Castilhos. Relatório do Museu Julio de Castilhos – 1912.** Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1912. [AHRS].

SILVA, A. C. F. S. **O Museu e a Consagração da Memória de Júlio de Castilhos (1903-1925).** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SILVEIRA, A. R. Museu Julio de Castilhos: apontamentos museológicos. In: SILVEIRA, A. R.; CAPRA, A. (Orgs.). **O papel dos museus de história no mundo contemporâneo.** Porto Alegre: Museu Julio de Castilhos, IEL, CORAG, 2010. Pp. 17-29.

ZANIN, F. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul – a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado.** [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2006.